

REVOGADO



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA N. 311, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.**

Dispõe sobre os procedimentos para atualização anual de cadastro dos servidores do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto nos autos do Processo STJ n. 8249/2009,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída a atualização anual de cadastro obrigatória para os servidores do Superior Tribunal de Justiça com a finalidade de atualizar as informações constantes do Sistema de Administração de Recursos Humanos.

Art. 2º A atualização anual de cadastro dos servidores do Tribunal obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 3º Estão sujeitos a atualização anual de cadastro:

I - os servidores ativos do quadro efetivo de pessoal, inclusive licenciados;

II - os servidores cedidos ao Tribunal;

III - os servidores do Tribunal cedidos a outros órgãos da Administração Pública;

IV - os servidores ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública.

Parágrafo único. Os servidores aposentados do Tribunal e os beneficiários de pensão estão sujeitos à atualização anual de cadastro conforme o que dispõe a Lei n. 9.527, de 10 de dezembro de 1997 e a Resolução STJ n. 5, de 6 de dezembro de 2006.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Gestão de Pessoas proceder ao gerenciamento do processo de atualização de cadastro dos servidores do Tribunal e baixar as instruções complementares ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação fornecer os meios adequados e disponibilizar os recursos tecnológicos necessários à implementação do processo de atualização de cadastro pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 6º A atualização anual de cadastro dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, a partir do exercício de 2009, e será realizada entre os meses de



setembro e novembro de cada exercício, devendo permanecer eletronicamente disponível, para acesso pelos servidores, por um período de até 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 7º Findo o período de 45 (quarenta e cinco) dias de que trata o artigo anterior, a Coordenadoria de Provedimento e Informações Funcionais (CPIF) da Secretaria de Gestão de Pessoas procederá à validação das informações prestadas pelos servidores e à análise das justificativas apresentadas para as atualizações de cadastro não efetuadas.

Parágrafo único. Caso as alterações efetuadas exijam apresentação de documentação comprobatória, esta deverá ser apresentada à CPIF no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do período da atualização anual de cadastro, sob pena de não validação da informação.

Art. 8º Os servidores que não efetuarem sua atualização anual de cadastro ou que, deliberadamente, omitirem dados ou prestarem informações incorretas ou incompletas, serão responsabilizados administrativamente e estarão sujeitos às penalidades previstas em lei.

Art. 9º A atualização anual de cadastro consistirá na confirmação ou alteração das informações de caráter pessoal e profissional, tais como nome, naturalidade, nacionalidade, idade, estado civil, endereço, telefone, documentos, escolaridade, dados funcionais, bancários e outros.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA